

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

Camila Rodrigues de Oliveira

**DE QUANDO O PESCOÇO DA GIRAFÁ MÉRULHOU  
NO CÉU: OU APRISIONAMENTOS DA INFÂNCIA  
NÃO DEVERIAM EXISTIR!**

Porto Alegre

2014

Camila Rodrigues de Oliveira

**DE QUANDO O PESCOÇO DA GIRAFA MERGULHOU  
NO CÉU: OU APRISIONAMENTOS DA INFÂNCIA  
NÃO DEVERIAM EXISTIR!**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para a obtenção do título de Especialista em Instituições em Análise pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia, sob a orientação da Professora Doutora Analice de Lima Palombini.

Porto Alegre

2014

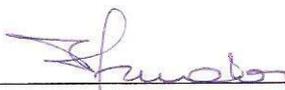
---

CAMILA RODRIGUES DE OLIVEIRA

DE QUANDO O PESCOÇO DA GIRAFA MERGULHOU  
NO CÉU: OU APRISIONAMENTOS DA INFÂNCIA  
NÃO DEVERIAM EXISTIR!

Monografia apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para a obtenção do título de especialista em Instituições em Análise, sob a orientação da professora Analice de Lima Palombini.

APROVADA: 09 / 01 / 2015



---

Prof. Dr. Fernanda Spanier Amador  
Coordenadora do Curso de Especialização Instituições em Análise  
(UFRGS)



---

Prof.ª. Dra. Analice de Lima Palombini  
Orientador  
UFRGS

## *Agradecimentos*

À minha mãe, por tudo. Por acreditar em mim, pela torcida, pela simplicidade e sensibilidade das cores que inventa no meu coração.

Ao meu pai, por sua ausência-presença eterna. Por uma infância presenteada e colorida pela sua presença amorosa e dedicada e, também, com sua morte, por uma ausência colorida pelas mais belas lembranças.

Ao Mateus, meu amor, que com sua paciência e sinceridade colore as minhas palavras. Obrigada pela companhia durante este percurso e na vida.

À minha pequena família colorida.

Aos meus amigos e colegas inventores de cores (aquarelados) que construíram comigo as minhas próprias: Érica, Leandro, Milene, Eliane, Tanise, Laís, Bruna, Carolina, Tatiane e Marília. Obrigada pelos encontros! Em especial, à Carolina E. por seu apoio carinhoso e disponível à continuidade de uma escrita.

Aos colegas e professores do curso de especialização pela construção de vários caminhos.

À professora Analice, pela compreensão e atenção na construção desta escrita.

*A todas as crianças, adolescentes e jovens que ficaram em mim.*

*Suas belas cores de alegria, tristezas, carinho, sofrimentos,  
criação e esperança também são as minhas.*

## RESUMO

O presente trabalho busca colocar em análise o fazer cotidiano dos trabalhadores com as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes no Brasil. Seja em equipamentos de saúde, de assistência social, de educação ou mesmo nas ruas, a escrita visa problematizar a construção histórica dos modos de trabalhar e ofertar dispositivos de atenção e cuidados, entendendo-os como produtores da subjetividade de todos os sujeitos envolvidos. Inventar, delirar, outros modos de operar o trabalho, atravessados pelo o que é mais próprio em ser criança e adolescente, num desassossego constante.

**Palavras-chaves:** políticas públicas. crianças. adolescentes. produção de subjetividade.

## **ABSTRACT**

This study aims to put in question the daily tasks of employees with targeted public policies for children and adolescents in Brazil. Be in health facilities, social assistance, education, or even in the streets, writing aims to discuss the historical construction of ways of working and giving attention and care devices, understanding them as producers of the subjectivity of all those involved. Invent, rave, other modes of operation work, crossed by what is most proper to be a child and adolescents, a constant restlessness.

**Keywords:** public policy.children.teens.production of subjectivity.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. OS BILHETES.....	9
3. OS ALIENISTAS E ALIENADOS SOMOS NÓS?.....	11
3.1 (Re)forma de um CAPSi.....	18
3.2 Este abrigo não deveria existir!.....	22
3.3 Um ventinho bom.....	26
4. GIRA-SE A RODA!.....	27
5. CONCLUSÃO.....	33
6. UM VERBO-POESIA PARA PINCELAR A VIDA: “Aquarelar”.....	35
7. REFERÊNCIAS.....	36

## 1. INTRODUÇÃO

Entre bilhetes e rodas, entregas e promessas, a construção histórica das políticas públicas voltadas para a infância no Brasil parece revelar algo mais das práticas operadas pelos seus agentes públicos no cotidiano de trabalho. No girar de uma roda, o que se recebe e o que se entrega escancaram e mostram, ao mesmo tempo, que neste movimento há produção de subjetividade de todos os sujeitos ali envolvidos.

Da criação da Lei do Ventre Livre, datada de 1871, à propaganda do governo veiculada na televisão pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), nos anos 60 - reproduzida no filme “O contador de histórias” (Villaça, 2009) - passando pelo encontro com narrativas de bilhetes e com a institucionalização das Rodas dos Expostos, esta escrita pretende uma análise sobre o que se produz no operar de encontros e desencontros dos trabalhadores com crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Seja dentro ou fora dos muros de equipamentos sociais destinados ao cuidado (nos serviços de acolhimento institucional, nos centros de atenção psicossocial, nos ambulatórios, nos hospitais, nas ruas), propõe-se problematizar o cuidado, enquanto promessa e oferecimento das ações desenvolvidas pelas políticas públicas brasileiras.

Os modos de ser e viver (ser criança, ser adolescente, ser trabalhador) aí produzidos podem ser atravessados por uma ética que relance permanentemente à criação de outros campos de possibilidades? Sem a exclusão da alteridade? Sem aprisionamentos?! Nem morais, nem físicos?

Entende-se que o trabalho em saúde é centrado no trabalho vivo em ato, ou seja, naquele que não pode ser capturado pela lógica do trabalho morto, expresso pelos equipamentos e pelo saber tecnológico estruturado, pois se afirma em tecnologias relacionais, nos encontros entre subjetividades que portam um grau de liberdade significativo nas escolhas do modo de fazer esta produção (NEVES, 2008). Imprevisibilidade, experimentação, reinvenção! Liberdade! Nos diferentes equipamentos que cuidam, acolhem, tratam e educam crianças e adolescentes, torna-se radical a existência de processos de trabalho com o outro. Na exposição ao outro.

Contudo, dialogando com Merhy (2002), num movimento de inquietar-se, o trabalho vivo em ato, no interior do processo de cuidado, não pode libertar-se plenamente do trabalho morto, mas tem condições de comandá-lo se conseguir aprender a interrogá-lo, a duvidar do seu sentido e a abrir-se para ruídos/analísadores presentes no seu cotidiano. Com isso, e de posse de uma caixa de ferramentas que tenha o compromisso com o sujeito da ação, e em ação, pode-se reinventar a lógica do processo de trabalho, sua gestão, organização e finalidade, em ato, coletiva e publicamente (MERHY; ONOCKO, 1997).

O que se pode ofertar e produzir ao ser operador de políticas públicas sem que este trabalho seja enclausurado e contemplativo, distante do lado de fora? Como desnaturalizar práticas sociais de exclusão/reclusão, num desassossego constante, no entre? É possível pensar o trabalho de equipes de saúde, educação, assistência social, entre outras, com aberturas ao que é mais próprio em ser criança e adolescente? Como tentar cotidianamente não se esquecer de algumas perguntas: como seria uma sociedade sem abrigos, sem enquadramentos diagnósticos, sem aprisionamentos da infância?

## 2. OS BILHETES

*“Para que eu, pois, possa  
transmitir a outrem o que sinto,  
tenho que traduzir os meus sentimentos  
na linguagem dele, isto é, que dizer tais coisas  
como sendo as que eu sinto,  
que ele, lendo-as, sinta exatamente  
o que eu senti”  
Fernando Pessoa*

(a menina):

*“Mãe, eu teamo muito sentir a sua falta*

*Muito teamo muito*

*G.*

(escrito pela menina em janeiro de 2014).

De repente a menina entra na sala: olhos brilhantes, sorriso no rosto. Senta-se e logo pede uma folha, já estando com um lápis na mão. Mal dá tempo para um “bom dia!”, pois a pressa é tamanha. Sua mãe está na sala ao lado, veio lhe ver, avisa. Porém, incrivelmente, não é a ela que a mãe vê antes e, sim, a assistente social do abrigo. Para ela, talvez, esta ordem não interessasse tanto agora: o que é importante *agora* é escrever um bilhete para entregar à mãe, dizendo que a amava e sentia a sua falta. Escreve um, escreve dois e sai da sala. Chegou a sua vez!

Na passagem do tempo, encontro outro bilhete. Este endereçado *a quem ali dentro estivesse*. Uma mãe, seu filho, uma Roda dos Expostos e lá dentro alguém:

(uma mãe):

*“Recebam-me. Chamo-me Antonio.*

*Sou um orphansinho de pae,*

*Porque ele abandonou minha mãe.*

*Ella é muito boa e me quer bem,  
 mas não pode tratar de mim.  
 Estou magrinho assim  
 porque ela não tem leite.  
 É muito pobre e precisa trabalhar.  
 Por isso ella me poz aqui para a  
 Irmã Ursula tratar de mim.  
 Não me entreguem a ninguém porque minha  
 Mãe algum dia vem me buscar.  
 O meu nome inteirinho é Antonio  
 Moreira de Carvalho. E o da mãe é Angélica.  
 Estou com sapinho e  
 Com fome. Minha mamãe não sabe  
 Tratar de sapinho e não sabe o que me  
 dar para eu ficar gordinho.  
 Minha mãe também agradece aos Srs. pelo bom  
 Trato que me derem.  
 (22/06/1922).*

O que *uma mãe* está a comunicar com suas palavras? Naquela época, não estava só. Os pequenos pedaços de papel e lágrimas que mães deixavam junto aos seus filhos no momento da entrega *a quem lá dentro estivesse*, sem que se visse, parecem dizer mais.

E *a menina*? Esta deixa um de seus bilhetes na mesa. Leio-o comovida pela forma singela com que se utiliza da escrita. Diz muito em poucas palavras, o suficiente para expressar o que sente. Sinto com ela.

Ao mesmo tempo em que suas palavras se endereçam à mãe, um de seus bilhetes fica comigo. Falava já em mim. A partir deste momento, passo a entender que não poderia apenas guardá-lo em uma gaveta da sala *daquele lugar*.

Os bilhetes me convocam a girar a roda: o que está sendo ofertado?

### 3. OS ALIENISTAS E ALIENADOS SOMOS NÓS?

*“Queria inventar um despertador  
que ao invés de despertar  
as pessoas despertasse  
os sonhos!”  
Adriana Falcão*

Um passo tímido na direção do fim da escravatura. Já era 1871. Aprova-se a Lei do Ventre Livre que dizia:

*“Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e, sobre a libertação anual de escravos” (BRASIL, 1871).*

No entre do texto da lei, embora se afirme a condição livre dos filhos das mulheres escravas, estes ainda teriam seus destinos sob a dependência de duas opções *oferecidas* aos senhores das mães, tais como:

*“Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos” (BRASIL, 1871).*

Após esta idade, ou o senhor receberia uma indenização do Estado ou poderia se utilizar dos serviços do menor até este completar 21 anos. Se o senhor optasse em receber o dinheiro, a criança seria recebida pelo governo. Este lhe daria destino.

O destino: os menores colocados à disposição do governo deveriam ir para Associações, casas dos expostos ou a pessoas a quem os Juízes de Órfãos designassem para

*criá-los e tratá-los*: “Exposto”, “Enjeitado”, “Abandonado”, “Menor”, “Institucionalizado”, “Acolhido”.

Independentemente das diferenças na sua utilização ao longo da história, estes *nomes-de-crianças-adolescentes* aparecem nos cenários das cidades como problemas a serem resolvidos. As políticas públicas surgem, assim, uma a uma, como respostas ou tentativas de respostas dos governos frente a estes “problemas sociais”.

Como crianças e adolescentes podem ter nomes de problemas sociais?

O ano é 1726. Salvador, Bahia. Funda-se a Roda dos Expostos pela Irmandade da Misericórdia, em resposta às solicitações do Arcebispo e do vice-rei, almejando-se solucionar a problemática do “abandono selvagem”, a fim de evitar as manchas na reputação da colonização portuguesa, além de aliviar a situação financeira da Câmara Municipal que, até então, era a única responsável pela assistência aos expostos (RODRIGUES, 2010).

Segundo a autora, o funcionamento das irmandades manteve-se por muito tempo fundamentado nos ideais de caridade cristã, que via na assistência ao pobre uma obra de piedade. O sistema de entrada e de assistência a crianças era semelhante ao existente em Roma (1198) e em Portugal (1543). Na história, com origem na Idade Média, na Itália, as Confrarias de Caridade prestavam assistência aos pobres, aos doentes e aos expostos, e nelas residiam os religiosos enclausurados que não poderiam ter contato com o mundo exterior, a fim de que fosse garantida a vida contemplativa.

*“A Roda consistia em um cilindro de madeira, incrustado em uma parede de pedra, onde era preso por um eixo vertical que a fazia girar, com uma parte da superfície lateral aberta, por onde eram introduzidas as crianças. Tal dispositivo permitia que, do lado de fora, pudesse ser colocada a “exposta” e, após um giro, esta passasse para dentro do estabelecimento, sem um contato direto entre quem estivesse em seu interior com quem estivesse no exterior, de modo que tanto o depositário quanto o recebedor não pudessem ver-se reciprocamente” (CORAZZA, 2000).*

Na busca por conhecer mais sobre a Roda dos Expostos, são os bilhetes das mães que convocam a girar a roda mais uma vez: o que está sendo ofertado e prometido? O bilhete descrito anteriormente, datado de 1922, e muitos outros – hoje acessíveis pela Internet, mas que também fazem parte de acervos das Santas Casas de Misericórdia brasileiras – eram deixados juntos aos filhos no momento da entrega a quem lá dentro estivesse: aos enclausurados. Sem que se vissem um ao outro.

Corazza (2000) segue nos contando que alguns “expostos” eram deixados vestidos dentro de caixas ou cestas, acompanhados por luxuosos enxovais ou mesmo por humildes trouxas e que, frequentemente, havia objetos, tais como medalhas, moedas e colares para sua posterior identificação. Outros eram deixados sem nada disso: apenas um corpo vivo, semimorto ou morto.

A autora nos alerta, entretanto, que a exposição diferenciou-se do infanticídio por constituir um sistema de forças que articulava a exposta, os/as expositores/as e alguém que recolhesse ou não aquela que fora exposta. Assim, tornava-se necessária a existência de um terceiro elemento não operante no infanticídio: o oferecimento de práticas de recolhimento e salvação.

Estávamos no século XIX. Havia a questão moral e biológica da raça, da espécie, do corpo social e do corpo de cada indivíduo, principalmente das mulheres e das crianças; o aumento da população, regulação, distribuição e agrupamento das pessoas nas cidades e vilas; a administração dos recursos econômicos e riquezas; a preservação e reserva de mão-de-obra; os problemas de natalidade e mortalidade infantis; a família conjugal e as práticas sexuais; a maternidade, o aleitamento, o amor filial e os cuidados com as crianças. Pautas de um tempo (que não é passado) para o governo do Estado brasileiro. Tentativas de respostas? Albergues, asilos, hospitais, hospícios, casas de recolhimento.

Crianças em exposição.

Exposição: ação de expor, de colocar à vista (HOUAISS, 2010).

De todo os lados, o cenário político, econômico e social no Brasil faz crescer o movimento nas ruas, faz crescerem as cidades. Final do século XX. Pensando com Sant'anna, Júnior e Garcia (2010), os problemas associados à moradia, à miséria e ao desemprego, aliados a uma preocupação sanitária em função das taxas de mortalidade infantil e da grande difusão de casos de sífilis, tuberculose e alcoolismo, preocuparam estudiosos e políticos do período, caracterizando o espaço urbano como alvo de uma série de intervenções, tornando-o objeto a ser ordenado, reformado e disciplinado.

Modernizar, desenvolver, evoluir, eis a ordem do dia! Dos anos! De hoje! Entre aqueles sobre os quais foram lançados os olhares do Estado, da sociedade – tal qual o olhar do religioso enclausurado, penso – promessas de cuidados oferecidos às crianças: pobres e negras. Aquelas que, por suas condições de higiene e saúde, precisassem ser tuteladas para que não oferecessem danos à população.

Não seriam elas também “a população”?

Tutela e prevenção para evitar o desenvolvimento de futuros perigos, fardos, mazelas, doenças. Afinal, já estávamos no “país do futuro”. “Salve, salve”! Este era o cuidado, a prioridade social, o dever da família. Assim, a família brasileira era responsabilizada pela boa educação, pela saúde, pela normatização das condutas: as de agora e as futuras. A criança? Um valioso patrimônio da nação. A criança que pudesse ser transformada em um bem útil aos ideais de ordem e progresso!

O ano era 1964. Ano do golpe político que deu início à ditadura civil-militar, a qual perdurou até os anos 80 no Brasil. Como palavra de/da ordem, a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) surge com o objetivo de implementar a “política nacional do bem-estar do menor”. Os menores: aqueles considerados abandonados ou infratores.

Lançada pelo governo federal, a política objetivava traçar orientações unificadas, normativas, bem como diretrizes políticas e técnicas. Aos Estados da Nação, cabia a função de operar tal política através das Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs), na realização direta dos atendimentos.

Porém, muitos poderiam ser os novos nomes para as antigas práticas sociais já existentes à época: internação, educação ou tratamento. O anúncio já estava na televisão:

*“Para que as crianças tenham um futuro, elas precisam de cinco coisas: **F** de fé, **E** de educação, **B** de bons modos, **E** de esperança e **M** de moral. Sabem onde elas vão encontrar tudo isso? Na **FEBEM**! Aqui as crianças carentes terão a chance de se tornar homens do bem. Terão a chance de se tornar médicos, engenheiros, advogados. **FEBEM**, mais uma vitória do nosso governo!”*(trecho do filme “O contador de histórias” - Villaça, 2009).

Assim era a promessa do governo ao veicular uma propaganda da FUNABEM. Era endereçada às famílias pobres, solicitando que estas confiassem um de seus filhos às FEBEMs. Uma a uma, as letras que formam a palavra FEBEM iam aparecendo na tela da tevê.

É entre o fim do século XIX e início do século XX que ideias higienistas (sanidade, controle de doenças e epidemias, limpeza) e eugênicas (superioridade da raça branca, aperfeiçoamento da espécie humana) produzem com força as ações políticas do governo brasileiro voltadas às crianças e aos adolescentes *de menor* valor social. Eles poderiam estar nas ruas das grandes cidades, mas a desordem das ruas não combinava com a ordem e o progresso da Nação. Recolhimento e correção, educação e disciplina. Perigo e cuidado. Ações

virtuais, pois a suposição alarmante era a de que pudessem matar e morrer, roubar, prostituir-se, incomodar. Segundo Corazza (2001), nasciam, assim, os infantis-ínfames: aqueles que, ao serem feitos sujeitos, foram submetidos ao controle e à dependência do Sujeito-Verdadeiro, do Sujeito-Padrão.

E, assim, havia fugas. Quantos meninos e meninas, com idades que suas pernas podiam alcançar, numa corrida veloz em direção *ao lado de fora*, tentaram – e conseguiram – escapar? Escapavam do ideal de família sadia e estruturada, escapavam das estratégias de assistência, cura e tratamento do Estado. Seus novos nomes: Drogados e Subversivos.

Tornava-se oficial, portanto, o conceito da criança e do adolescente a ser assistido: o deficiente social (pobre), o deficiente mental e o deficiente moral (delinquente). Ao mesmo tempo, sob a denominação de “deficientes mentais”, uma legião de crianças e adolescentes com transtornos mentais tornava-se objeto de exclusão e de desconhecimento por parte das áreas responsáveis pelas ações oficiais de cuidados (BRASIL, 2005).

A partir da promulgação da Carta Constitucional de 1988, marco da democracia e dos direitos, afirmou-se a condição cidadã de crianças e adolescentes brasileiros, estabelecendo-se que:

*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão* (BRASIL, 1988).

Neste mesmo processo de afirmação, a Lei nº 8.069 de 1990 estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para Cruz, Hillesheim e Guareschi (2005), inicia-se uma nova fase, desinstitucionalizadora, caracterizada pela implementação de uma nova política que amplia quantitativa e qualitativamente a participação da sociedade na elaboração, deliberação, gestão e controle das políticas para a infância.

Contudo, o fato de a legislação explicitar que a população infanto-juvenil é constituída por sujeitos de direitos por si só não acarreta mudanças. Os autores entendem que, embora o ECA incorpore uma série de questionamentos em relação às políticas sociais para a infância, há uma noção compensatória no que se refere às crianças e adolescentes pobres. Ou seja, estes são compreendidos como carentes e em situação de risco. Constrói-se, assim, uma infância dita “normal” em oposição a uma infância vulnerável, o que se entrelaça com a noção de uma essência infantil, vista como natural e, portanto, fixa e imutável.

A partir deste argumento, presencia-se cotidianamente nos equipamentos sociais balizados pela atual legislação brasileira que, embora dirigida a todas as crianças e adolescentes, aqueles que mais adentram aos serviços públicos, que são expostos aos olhos dos trabalhadores, que entram e *correm o risco* de lá ficarem, invisíveis ao lado de fora, são os pobres, em vulnerabilidade social. São aqueles que, por sua condição legal de pessoas em desenvolvimento, devem receber uma proteção integral em direção à forma adulta idealizada: capaz, trabalhadora, endireitada e corrigida. Sem vícios, sem problemas, sem sofrimentos.

Mas de que outras formas é possível, ainda, continuar a ser criança, adolescente e família, não como categorias universais e aprisionadas em conceitos reguladores, mas como singulares e respeitados em suas possibilidades de viver?

Como pensar os processos de produção de cuidados e de sujeitos no plano mais amplo da alteração de modelos de atenção e gestão?

No campo da saúde mental dirigida às crianças e aos adolescentes em sofrimento psíquico grave, por exemplo, foi proposto um novo modelo de atenção extra-hospitalar, com ênfase na reinserção social e no resgate dos vínculos familiares, a partir de um conjunto de legislações iniciadas com a Reforma Psiquiátrica de 1992 (BRASIL, 2005). A II Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada neste mesmo ano, apontou os efeitos perversos da institucionalização de crianças e jovens, incluindo o tema na pauta das discussões político-assistenciais (BRASIL, 1994). Já a III Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2001, resultou na proposição de ações de cuidado e tratamento para essa população (BRASIL, 2002). Na continuidade do processo da Reforma, a IV Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em 2010, deliberou a expansão e a qualificação das estratégias de desinstitucionalização para crianças e adolescentes, bem como a consolidação do fundamento intersetorial na montagem da rede de cuidados (BRASIL, 2010). Assim, com base nestas novas diretrizes de atenção e cuidados, constituíram-se, no Brasil, novos lugares para a infância.

Os Centros de Atenção Psicossocial infanto-juvenis (CAPSi) aparecem como dispositivos clínico-institucionais cuja função, entre outras, é a de fornecer atenção e cuidados integrais a crianças e a adolescentes, focalizando suas ações na escuta do sujeito como protagonista de sua história e no fortalecimento dos laços sociais.

Tendo como ação central a implementação destes equipamentos, a política brasileira de saúde mental prioriza o atendimento dos casos mais graves, que envolvem um sofrimento

psíquico intenso e persistente. Para além, aponta a existência de uma rede intersetorial ampliada de cuidados, que pode se efetivar com a articulação das ações específicas de saúde mental nos setores da Saúde, Educação, Assistência Social, Cultura e Justiça/Direitos, entre outros.

Num outro campo, a lei nº 12.435, que dispõe sobre a organização do Sistema Único da Assistência Social – SUAS - (BRASIL, 2011), no seu artigo 2º, refere os objetivos da Assistência Social, destacando, entre eles: “o amparo às crianças e aos adolescentes”.

Segundo as “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (BRASIL, 2009), os equipamentos de acolhimento direcionados para esta população, integram os serviços da Alta Complexidade do Sistema Único da Assistência Social, sejam eles de natureza público-estatal ou não estatal, voltados àqueles que estão em situação de abandono ou afastados do convívio familiar pela autoridade competente, conforme o estabelecido no ECA, como medida de proteção. Enfatiza-se a diferenciação entre esses estabelecimentos e aqueles organizados para o acompanhamento de adolescentes que estejam cumprindo medidas socioeducativas de internação.

Prosseguindo com a leitura do texto das “Orientações Técnicas”, ressalta-se o caráter excepcional e provisório do afastamento da convivência familiar e comunitária. Mas, se crianças e adolescentes são afastados de suas famílias e comunidade, afinal, que lugar é este para onde elas vão mesmo? No seguimento da orientação, há a referência de que, tanto no que se refere ao afastamento, à retomada do convívio com a família de origem ou, excepcionalmente, à colocação em família substituta, os parâmetros de cada uma destas ações devem ser assegurados por condições favoráveis ao desenvolvimento da criança e do adolescente. Deste modo, na prática, tais condições devem ser avaliadas por psicólogos, assistentes sociais, juízes, conselheiros tutelares, trabalhadores da rede socioassistencial. Ou seja: *especialistas-em-dizer-as-verdades*:

Vale lembrar que, entre *a menina e a sua mãe*, estava a assistente social do abrigo.

Ao longo das construções desses marcos legais, os quais traduzem os propósitos do governo no tratamento e cuidado de crianças e adolescentes, no entendimento da infância referido àquelas que são pobres, doentes, vulneráveis, carentes ou em situação de risco, o objetivo de um amparo seria reestabelecer ou reconstruir seus laços familiares e comunitários. Reinsere socialmente. Determina-se que a oferta pública seja a que restaure e fortaleça os laços de pertencimento.

Promessa, oferta, pertencimento. Crianças e adolescentes não pertenciam ou deixam de pertencer ao social, às suas famílias, ao de adentrarem nas portas dos serviços de tratamento e acolhimento?

Restaurar o pertencimento, fornecer atenção e cuidados integrais. Promessas. Aquele que é depositado, institucionalizado, acolhido (encolhido em suas possibilidades de ser) parece ser apartado, excluído, separado do social, engolido. Parece transpor uma fronteira, passar à categoria de menor, de abrigado, de tratado... a receber atenção e cuidados... estando exposto a práticas sociais diferentes das de quando estava do *outro lado*. Talvez, do lado de dentro, a promessa é a de que possa vir a ter alimentação, remédios, cama, roupas, escola, atendimento. Um olhar atento ou mesmo vigilante. Talvez!

Baremlitt (1998) nos oferece a clareza de que não existe demanda espontânea, natural, nem universal, nem eterna. Pelo contrário, ela é produzida pela oferta de um serviço transversalizada pela ausência ou falência de oferta de outros. O autor nos faz questionar: como produzimos a demanda de serviços?

Ao longo da história, as práticas de proteção e cuidados com a infância têm carregado consigo o (in)visível da classificação, da exclusão e da normatização social. Elas têm carregado consigo a própria produção dos modos de ser criança, ser adolescente e, também, dos modos de trabalhar numa política posta assim.

Gira-se a roda, e lá está algo a ser oferecido. Cá (dentro) somos nós. Encontramo-nos no dentro. Não nos encontramos fora também?

### **3.1 (Re)forma de um CAPSi**

Por bastante tempo, de 2006 a 2014, trabalhei em um equipamento de saúde mental para crianças e adolescentes, chamado “Aquarela”. Fui, aos poucos, conversando com um colega, conversando com outro, vislumbrando junto a eles um modo diferente de cuidar.

O que me guiava era: como pensar o trabalho de uma equipe de saúde mental atravessado pelo que é próprio em ser criança e em ser adolescente? Pensava que o inventivo, a pura criação do brincar e do vivido nos encontros, tão próprios do que é ser criança ou

adolescente, poderia ser o modo de trabalho, a via mesma do fazer, para uma equipe de saúde mental. Sendo assim, surgiram algumas escritas endereçadas a quem lá dentro estivesse:

*Ideia para um CAPSi*

*Pode dar trabalho, mas também pode ser um  
trabalho mais criativo e autônomo;*

*Descristalizar o lugar de adultos que as crianças e os  
adolescentes podem estar ocupando;*

*Não sabemos o que vai ser!*

*O que interessa é “produzir vida”:*

*outros modos de ser, e o nosso*

*olhar atento ao que se produz;*

*Em primeiro lugar: é preciso ouvir as*

*crianças e os adolescentes:*

*o que eles querem vir fazer no CAPSi?*

*Como eles estão se sentindo*

*nos “espaços fechados”?*

*Poderíamos fazer esta escuta nos grupos,*

*nos atendimentos individuais... Uma enquete!*

*Também poderíamos escutar os pais, cuidadores...*

*o que lhes interessa?*

*(Ideia compartilhada com os colegas da equipe entre maio e junho de 2013).*

A todo o momento, mais e mais pedidos de atendimentos “psi” (tratamento, resolução, cura, salvação) chegavam ao CAPSi, provenientes dos mais diversos equipamentos e setores sociais: escolas, Juizado, conselhos tutelares, serviços de acolhimento institucional, outros serviços da Assistência Social. Era inquietante porque, através deles, outros pedidos pareciam ser feitos: as crianças e os adolescentes não estão adequados, eles precisam falar do que acontece, de por que brigam, de por que não querem frequentar a escola, de por que sentem raiva, medos, de por que não aprendem, de por que fogem de casa ou do abrigo, de por que usam drogas, de por que querem andar com quem andam, de por que surtam... deliram.

Era como se eles já tivessem que ser “bem resolvidos” em suas questões de vida ou mesmo adequados aos lugares que lhes tinham sido destinados para viver (escola, casa da família, abrigo, rua). As crianças e os adolescentes, assim, chegavam até nós: eram entregues para “a” equipe de saúde mental. E era aí, neste exato momento, neste encontro, que pensava: como estávamos fazendo isso? Como estava sendo este encontro? Como o ofertávamos?

Nas discussões sobre em quais espaços de atendimento determinada criança ou adolescente seria *inserido*, surgiam as opções: atendimentos individuais, grupos terapêuticos e *uma* oficina: dentro do CAPSi. Algo da ordem de uma dicotomia entre singular e coletivo se colocava. Entre dentro e fora. Estávamos a reproduzir algo que dizia: “quem porta uma doença mental deve ser tratado em espaços individualizados e, de preferência, falando e resolvendo seus problemas. Com urgência ou brevidade. No caso das crianças e dos adolescentes: encaminha-se ao CAPSi!”

Da mesma forma, nós trabalhadores, éramos tomados como “curandeiros mágicos”, adivinhos (os que sabiam curar, tratar, dar respostas *a priori*). E, loucamente, tentávamos responder assim. Como se somente no CAPSi (dentro dele) pudesse ser exercida a atenção e o cuidado, numa lógica de conceber este estabelecimento como o único campo concreto de saber-fazer. Naturalizam-se práticas, poderes e saberes. Cristalizam-se lugares: lugares da infância e da adolescência.

Neste equipamento, a equipe de trabalhadores, aos poucos, foi observando-se num fazer que, em muitos aspectos, fechava-se em atendimentos ambulatoriais, com hora marcada, com pouco espaço para a criação de um “estar ali” *em* atendimento e para o agenciamento de encontros outros, num ambiente de cuidado que também extrapolasse os muros daquele lugar. Naqueles espaços fechados era mais fácil controlar e esquadrihar. Os usuários não circulavam tanto pelo serviço, não passavam mais tempo neste ambiente e, de forma

personalizada, cada paciente “pertencia” ao seu terapeuta, sem que “a equipe” o conhecesse, sem que ele conhecesse outros usuários e a equipe.

Àquelas alturas, um movimento em direção a aberturas possíveis estava iniciado. Rumávamos à invenção de novos modos de cuidar: precisávamos brincar mais, jogar mais, escutar mais músicas, sacudir mais nossos corpos, sair para a rua, ir para a cidade. Pois, mesmo “estando na cidade”, o CAPSi, em seus movimentos cotidianos de ofertar cuidados, parecia estar tão longe desta... en(caps)ulado, apartado e revelando um dentro e fora de seus muros.

Ah, era preciso delirar! Ampliar a nossa clínica, acompanhar a singularidade de cada um, o jeito como cada um se colocava no mundo. Desnaturalizar verdades e discursos que produzíamos e reproduzíamos acerca do cuidado em saúde mental. Começou um trabalho em equipe, na potência dos encontros dos trabalhadores, num movimento instituinte, capaz de questionar, produzir pequenas revoluções, tendo a coragem de apostar e desejar um novo. Mesmo sem se saber o resultado.

Foi assim que *o rapaz* e *a moça* se encontraram. Talvez já tivessem cruzado seus olhares. Talvez já tivessem desejado se falar. Porém, apenas quando deixaram de ser desencontrados pelo horário das 15hs, afinal o atendimento individual de um encerrava-se na mesma hora que o atendimento do outro começava, e passaram a constituir outro espaço de atenção e cuidados, baseado no encontro *entre* crianças/adolescentes e terapeutas, foi possível a explosão de diferentes sentimentos e a emoção de um enamoramento.

Este rapaz não ia mais à escola, circulava apenas nos limites da sua casa, do corpo da mãe e do seu violão. Esta moça já havia vivido em tantos abrigos, com tantos e desconhecidos olhares, que de controle e contornos bem definidos já estava cansada. Ele, então, tocou músicas para ela. Ela tocou o seu coração.

Puderam ultrapassar as portas de um serviço, ao qual iam todas as terças-feiras, para se encontrarem em sábados e domingos, longe dali. O efeito, para ambos, de um encontro possível e iniciado nos limites de uma sala para convivência no CAPSi. Nos turnos daquelas tardes, a possibilidade dos encontros e da circulação dos afetos, antes impossibilitados pelos modos de ofertar atenção – na contramão de seus desejos.

Neste momento, a equipe arriscava-se a sair de um modo “confortável” de uma lógica identitária (mas também sofrida) de intervir: processos que massificam, serializam e modelam modos de ser trabalhador, homem, mulher, criança, firmando a identidade como aquilo que

faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável (GUATARI; ROLNIK, 1986). Arriscava-se a acompanhar os processos de trabalho que produziam novos processos de subjetivação; arriscava-se a olhar simplesmente.

Inventar, criar! Acionar uma ruptura, fazer uma “Reforma do CAPSi”, como passou-se a falar, com mais vivacidade, criatividade, mais vontade.

A pleno vapor nesse processo rizomático - que não se fez sem dificuldades, já que tanto as forças instituídas quanto as instituintes, num jogo que nunca termina, dispararam para diferentes lados - os trabalhadores passaram a ser afetados de diversos modos. Houve diferentes implicações, houve choro, houve queixas, houve incômodos, houve discussões, houve novos posicionamentos e houve aposta.

### **3.2 Este abrigo não deveria existir!**

E, depois, por tantas vezes foi preciso repetir “este abrigo não deveria existir”, para continuar trabalhando, neste momento, em um serviço de acolhimento institucional. Foi uma passagem, uma experiência de trabalho, curta e intensa, por oito meses de 2014, iniciada após a experiência anterior no CAPSi.

E era preciso delirar também! Era preciso imaginar outras formas ou possibilidades para o cuidado de crianças e adolescentes que haviam sido afastados de suas famílias: temporariamente ou para sempre. Àquela altura, o próprio sentido deste afastamento para mim era, então, questionável. Acompanhando Dias (2012), que refere a possibilidade de deslocamentos que imaginar produz, ao mesmo tempo em que força o pensamento a se derivar daquilo que já está colocado como verdade, imaginei e muito!

Não pude, para tanto, andar só. Muitos foram os encontros com colegas de trabalho, com crianças, adolescentes, familiares e com a poesia. Um companheiro: Manoel de Barros. Um cuidado: “*tudo o que não invento é falso*”! E lá estava eu a escrever, a compartilhar e a inventar ideias:

*E se nas reuniões de técnicos que  
 “trabalham na ponta”,  
 invertéssemos as pontas,  
 déssemos um nó, para enlaçar  
 olhares, fazeres, diferenças... e tivéssemos um  
 espaço para falar de saúde mental?*

*E se nesse momento  
 produzíssemos conhecimento  
 acerca de: educação, lazer, trabalho,  
 esporte, moradia... saúde...vida?!  
 Ser criança é... ser adolescente é... ser jovem é...*

*E se quando os agentes educadores precisassem  
 participar de seminários, capacitações, etc...  
 as crianças e os adolescentes ficassem na  
 companhia dos técnicos ou sob outros cuidados?  
 E se eles pudessem também fazer atividades diferentes  
 naquele dia, tais como: passear, brincar na rua  
 ou mesmo em casa, ir ao cinema,  
 acompanhados ou não, por exemplo?  
 E se essencial fosse a função de cuidar e  
 não a pessoa designada:  
 somente o agente educador?  
 E cuidado não fosse só os da rotina diária?*

*Desinventar objetos. O pente, por exemplo. Dar ao pente funções de não pentear. Até que ele fique à disposição de ser uma begônia. Ou uma gravanha. Usar algumas palavras que ainda não tenham idioma (BARROS, 1993).*

Por estes descaminhos, foi possível avançar num trabalho. E, mais uma vez, encontro Dias (2012) a me dizer que, na tarefa da pesquisa, imaginar é uma função essencial para se fazer diferença e criar novos percursos e formas de viver e conhecer.

E se fosse diferente?

*E se nas reuniões técnicas de cada Núcleo de  
Abrigos ou de Abrigos Institucionais  
houvesse espaço para a construção da  
prática entre vários  
e se construíssem outros modos de cuidar  
que não fosse só encaminhar  
para atendimentos externos e fosse  
também acompanhar,  
estar ao lado: momentos de lazer, de se  
encontrar, de brincar sozinho ou não,  
de não fazer nada, de ficar de pernas para o ar,  
de bater perna por aí...*

*Repetir, repetir - até ficar diferente. Repetir é um dom do estilo. As coisas que não têm nome são mais pronunciadas por crianças (BARROS, 1993).*

*E se para além de um controle de planilhas,*

*escalas, advertências, horas-extras,  
houvesse a escuta-fala-(in)ter(venção)  
sobre o que mais afeta a  
cada um e ao grupo na relação com  
quem está em acolhimento?*

Se imaginar não é representar algo dado, mas uma experiência que não para de inventar a si e o mundo, também as partes que a compõem e dela participam não param de ser produzidas e de participar na produção de si mesmas (DIAS, 2012). Continuava a me perguntar: e se a sociedade tivesse inventado outras formas de promover a atenção e o cuidado de crianças e adolescentes que fazem uso de drogas, têm deficiências mentais, físicas, são abusadas, maltratadas, afastadas de suas mães, pais, avós? Por que precisei ingressar em um serviço de acolhimento para desejar que ele não existisse?

Se *uma menina* espera dia após dia a visita de sua mãe, por que não é ela a primeira a vê-la? “O mundo está ao contrário e ninguém reparou”? Diz a letra de uma música (REIS, 2011). A cena presenciada por mim e narrada pelo bilhete de G. não pode ficar dentro de armários, pastas e gavetas simplesmente. Precisa ser olhada e sentida. G. estava a sentir. Sentia a falta de sua mãe.

Uma leitura de Rossetti-Ferreira, Sólón e Almeida (2010) é a próxima nota que faz repercutir a reflexão: as formas de organização e administração do abrigo são influenciadas pelas concepções dos funcionários e técnicos que trabalham nestes locais, concepções estas de que os abrigos não deveriam existir.

Este foi, então, um momento de reparar.

Reparar que, segundo as autoras, pensar na não existência dos abrigos poderia impedir “o planejamento de um local de desenvolvimento saudável, interessante e adequado ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, independente do tempo em que lá permaneçam”. Reparar que, em meus pensamentos sobre o abrigo não existir, um impedimento já estava posto: a infância não pertence ou não deveria permanecer em

aprisionamentos. Se entre uma mãe e uma menina está a assistente social do abrigo, como ofertar cuidado?

De posse destas reflexões e do esforço de continuar vibrando emoções, dando visibilidade ao não imaginado, às sensações não encolhidas, persisti: e se tivéssemos, enquanto sociedade, inventado uma forma diferente do abrigo? Para DIAS (2012), a fabricação acontece como um esforço de liberar a vida lá onde ela é prisioneira.

*No descomeço era o verbo. Só depois é que veio o delírio do verbo. O delírio do verbo estava no começo, lá onde a criança diz: Eu escuto a cor dos passarinhos. A criança não sabe que o verbo escutar não funciona para cor, mas para som. Então se a criança muda a função de um verbo, ele delira. E pois. Em poesia que é voz de poeta, que é a voz de fazer nascimentos - O verbo tem que pegar delírio (BARROS, 1993).*

### 3.3 Um ventinho bom

*Um menino* sorri com os olhos: “Eu sou o primeiro da fila!”. E ali está ele com sua forma de dizer “olá”. Pois ele está em frente à casa daquela vila.

Para entrar nela, tenta pular o muro e passar por debaixo de uma cerca. Mas, tendo que seguir certas regras, aceita entrar na fila com um pedido que o acolha: “alguém pode amarrar meu tênis e colocar minhas meias por cima das calças?”.

Seu nome: Um Menino. Sua idade: pernas inquietas. Uma história: “O Soldadinho de Chumbo”. Uma plateia: muitas crianças. Nos bastidores: uma gestante e seu bebê escutando histórias.

Soldados e bailarinas a se equilibrarem pela vida. Entre brincadeiras, risadas, brigas e palavrões, histórias de vida conectadas para além daquela tarde na casa do “Ventinho Bom”. Há entrega a um espaço e há espaço para entregas: “meu cachorro morreu”, “eu conheço dois gêmeos”, “ontem de noite eu dormi como uma louca”.

Fragmentos de suas vidas contadas juntamente com a história daquele que com uma perna só é capaz de sonhar e amar.

E o tempo de sonhar se estende por entre brincadeiras e conversas. E o tempo de chumbo também se mostra entre puxões, tapas e cuspes.

Ali estão eles.

O sol se vai e chega a hora de as janelas se fecharem.

“Vocês estão falando de nós”! A porta se abre e *um outro menino* anuncia o que não cessa de acontecer: as portas e as janelas das casas se fecham, mas por todos os lados dela e de quem ali se encontrou, está a forma de coração, num poça derretida, de muitos soldados-bailarinas a girar e a catar ventos.

E então, passou um ventinho bom! Em mim. Foi a experiência na Casa dos Cataventos que o sentido de catar ventos - pegar, recolher, com toda a força, dentre outras coisas, ventos – serviu para um arejamento. Tomar um novo ar, fazer circular o ar, deixar-se afetar pelo ventinho bom que o contato com crianças e adolescentes provoca. Senti-los.

De acordo com Pedroso e Sousa (2012), a Casa dos Cata-Ventos, como uma proposta de trabalho com a infância, realizada na cidade de Porto Alegre/RS (inspirada na Maison Verte, criada por Françoise Dolto em 1979, em Paris, e na Casa da Árvore, que desde 2001 desenvolve trabalho semelhante na cidade do Rio de Janeiro), situa-se na interface dos direitos humanos, da educação, da saúde coletiva e da assistência social. Tem a ética psicanalítica como bússola, no seu mergulho pela cidade, no encontro com a infância e com seus cuidadores em comunidades com altos índices de vulnerabilidade social.

Um lugar para brincar e conversar. O que testemunhei com aqueles meninos e meninas, durante um tempo para fazer-de-conta e brincar de verdade, foi o encontro com uma operação de passagem: da passividade à atividade, todos nós estávamos ali constituindo-nos outros diante de nossos próprios aprisionamentos, um deslocamento necessário.

Segundo Barbosa (2008), um lugar para brincar e conversar é uma maneira de ofertar o trabalho que possibilita às pessoas reconhecerem no espaço um lugar de vida cotidiana, onde questões corriqueiras podem ser acolhidas, fatos comuns podem ser contados. As crianças chegam antes de seus *nomes-diagnósticos* ou *nomes-problemas sociais*.

Os principais operadores deste trabalho? O seu Brincar, o senhor Contos e a dona Narrativa: dispositivos clínicos que acolhem a vida comum, que podem ser fundamentais no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como no enfrentamento de situações de risco e de violência.

#### **4. GIRA-SE A RODA!**

*“ Margarida a Violeta conhecia,  
uma era cega, uma bem louca vivia.  
A cega sabia o que a doida dizia  
e terminou vendo o que  
ninguém mais via”  
Clarice Lispector*

Operar é um verbo pragmático, remete ao fazer e ao fazer um fazer (COSTA, 2012). Ainda de acordo com o autor, centra-se com isso no que desloca, produz, cria, e não no que é ou está.

Inventar implica uma duração, um trabalho com restos, uma preparação que ocorre no avesso do plano das formas visíveis. Ela é uma prática de tateio, de experimentação e de conexão entre fragmentos, sem que este trabalho vise recompor uma unidade original, como num *puzzle* (KASTRUP, 2012).

Brincar é constituinte para as crianças. É uma experiência primordial, criativa e produtora de um sentido de existência psíquica e adquire extrema importância nos processos de subjetivação (SURREAUX, 2008). A marca da criança é a sua expressão por intensidades, sua aprendizagem pela experimentação e pelo jogo (CECCIM; PALOMBINI, 2009).

Constituir grupo é um movimento transgressivo. Segundo Calligaris (2000) haveria duas saídas possíveis para o adolescente: fazer grupo e fazer estardalhaço e, melhor ainda, fazer grupo e, com ele, fazer estardalhaço. Assim, estes estardalhaços, mediados pelo e no coletivo, podem desdobrar-se em novas linguagens, diferentes modos de ser e viver, inscrevendo no mundo o novo, tomando, assim, um lugar na história (GIONGO, 2004).

Um devir-criança é uma atividade cartográfica, produto das potências de afetar e ser afetado, mesclar “real” e “imaginário” como realidade atual (CECCIM; PALOMBINI, 2009). O conceito de devir-criança porta a ideia de “uma” criança que persiste no adulto enquanto virtualidade e enquanto condição de divergência e diferenciação da cognição, abrindo caminho para a exploração da dimensão inventiva da cognição (KASTRUP, 2000). Enquanto criança-molecular, há a composição de fluxos e forças para além da percepção das formas.

Operar, brincar, fazer estardalhaço, devir: produção de efeitos de criação, invenção e saídas possíveis em direção a um modo de ser, sentir e viver singulares e, também, como

linhas de fuga à captura do modo de produção de subjetividade, regida pela lógica capitalística que se impõe.

A pressa para que crianças e adolescentes “vençam na vida”, “estejam prontos” para competir e consumir parece *consumir* com o *modus operandi* próprio do desenvolvimento do potencial criativo de cada sujeito, dos espaços de brincar e de se encontrar. Crescer aparece aí como uma única direção à forma-adulto e não como invenção de sentidos e direções.

E por falar em viver singulares, cabe considerar que o termo singularização, utilizado por Guattari (1986), designa os processos disruptores no campo da produção do desejo: trata-se dos movimentos de protesto do inconsciente contra a subjetividade capitalística, através da afirmação de outras maneiras de ser, outras sensibilidades, outra percepção.

Deste modo, pode-se considerar a questão dos sintomas apresentados por crianças e adolescentes, também colocados em cena através do brincar e dos encontros de seus corpos, como sendo, ao mesmo tempo, índice de sofrimento e potência de transformação e criação. De acordo com Cruz (2010), como força de resistência subjetiva e política numa determinada relação de poder.

Para Guattari (1986), a tentativa de controle social, através da produção de subjetividade em escala planetária, se choca com fatores de resistência consideráveis, processos de diferenciação permanentes chamados de “revolução molecular”. O que caracteriza esta resistência é a tentativa de produzir modos de subjetividade originais e singulares, processos de singularização subjetiva.

Assim, a revolução molecular, para o autor (1986), consiste em produzir as condições não só de uma vida coletiva, mas também da encarnação da vida para si próprio, tanto no campo material, quanto no campo subjetivo. É preciso, segundo ele, que cada um se afirme na posição singular que ocupa; que a faça viver, que a articule com outros processos de singularização e que resista a todos os empreendimentos de nivelação da subjetividade.

A partir do entendimento dos modos de ser criança e de ser adolescente, habitantes dos aforas, das margens da linguagem, do enigma do descobrir, que, através dos seus corpos (corpo-abertura, corpo-experimentação, corpo-encontro), experienciam a liberdade e os limites, pensa-se que os modos de cuidar, no cotidiano dos processos coletivos de trabalho, possam estar atravessados pela ocupação dos espaços com intensidade *criativa* e pela intensidade dos *encontros*. Pela (vital)idade de crianças e adolescentes. Que possam estar abertos à produção da diferença.

No trabalho de um CAPSi, o inquietante era habitar o terreno do não-saber. Era preciso não saber o que iria acontecer no encontro diário com as crianças, com os adolescentes e suas famílias. Não podíamos buscar extirpar sintomas apressadamente e acabar por transformá-los em novas formas diagnósticas. Precisávamos lidar com os limites de nossas práticas e com a individualização daquele serviço.

A busca descentra-se de uma lógica identitária que toma a intervenção em saúde mental centrada na doença ou naquele que sofre, em um movimento em direção a aberturas possíveis, à invenção de novos modos de cuidar, atravessados e arejados pelo que é mais próprio da infância e da adolescência.

Problematizar os instituídos, uma necessidade! Delirar! Desnaturalizar as verdades, os discursos que produzimos e reproduzimos acerca do cuidado com crianças e adolescentes que versam sobre, entre outros aspectos: o controle, a adequação dos corpos, a via de cura ser “falar”, “contar tudo” para o terapeuta, e, para casos mais graves, o atendimento psicológico, psiquiátrico ou grupo, *individualizados*.

Num trabalho em um serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, vidas encolhidas em suas possibilidades de ser! No encontro diário com aquelas crianças, adolescentes, adultos e trabalhadores, comigo mesma, a nítida sensação (doída) de que aquele lugar não deveria existir. Que deveríamos, como sociedade, ter inventado algo diferente (não a forma “abrigo”). Que pudéssemos estar permanentemente questionando, ofertando cuidados que não tornassem mínima a vida, em categorias: “pacientes”, “acolhidos”, “abandonados”, “desestruturados”.

O que me perguntava constantemente era: como seria uma sociedade sem abrigos? E se fosse diferente?

Este abrigo não deveria existir! Passei a pensar não só no “serviço de acolhimento institucional” ou no “CAPSi”, mas em *aprisionamentos*, em *vidas mínimas*. Importando, para tanto, não responder, mas fazer a questão, fazer (falar) estas perguntas. Tornar potente este espaço vazio.

É neste momento, novamente num encontro com Costa (2012), que o operar aparece como a ferramenta que tem diante de si um mundo fluido, fugidio, dinâmico (sem essências e oposições), como um fazer-criar, uma ação que necessariamente está relacionada à produção de ser.

A imagem da Roda, nos seus movimentos cotidianos, permite o pensamento de que este mesmo mecanismo de entrega e promessa de um suposto cuidado pode produzir um outro campo de possibilidades: que aquele que recebe possa também entregar outros modos de agir, sentir, afetar-se, trabalhando no vazio mesmo, no acaso, no que não pode ser controlado e normatizado. Como processo ético de desnaturalização das práticas sociais de exclusão/reclusão da infância.

Segundo Ceccim e Palombini (2009), uma imagem é uma definição de contornos ou uma territorialização forjada pela contenção ou estase de um circuito de conexões que faz emergir as figuras da realidade (nó e conexão no tecido das subjetivações). Dessa forma, pode-se compreender uma imagem como representação ou configuração.

A partir de uma representação, haveria a oposição entre real e irreal, admitindo-se um modelo de verdade. Já através de uma configuração, a imagem poderia captar o movimento de constituição das figuras da realidade, compreendendo a existência de uma virtualidade compondo-se com o real.

Aqui os autores trazem o sentido de real para Foucault, conforme esclarecido por Deleuze (1995). Assim, o real é entendido como o atual (o visível das formas e o invisível das sensações, não uma fixação, mas um platô, uma metaestabilização). Sem um modelo de verdade, o falso é a potência de atualidade de uma verdade, o falso como potência de devir sobre a verdade, o imaginário como instância inventiva de imagens ou potência de atualização (CECCIM; PALOMBINI, 2009).

É a partir destas reflexões dos autores que a ideia do imaginário inventivo, ou seja, a busca por simulações (autorização, permissão, experimentação) e configurações que afirmem as potências criativas e não a busca de uma essência ou origem ou certezas, que busco experimentar: o que mais uma Roda dos Expostos pode ofertar?

Se historicamente a Roda dos Expostos aparece como imagem de um dispositivo no qual as crianças indesejadas eram expostas ao destino ou abandonadas, seria natural significá-la como um movimento sem invenção, rotação sobre o que se é, sem o tornar-se (CECCIM; PALOMBINI, 2009).

Contudo, se por ali passavam crianças, como não pensar, nesta passagem, neste atravessamento, a possibilidade de que o mais próprio em ser criança possa atualizar um virtual, um não visível, de pura abertura? Pois afinal, uma imaginário-criança não busca o

verdadeiro, experimenta. Não analisa logicamente, deixa-se afetar. Não se prende a identidades e limites, embarca na expansão (CECCIM; PALOMBINI, 2009).

Eu embarquei. Embarquei na ideia de que a Roda, por seu movimento (de girar) e posição (no entre dos muros que separam a rua do estabelecimento que acolhe, cuida), poderia fazer ver o operar dos trabalhadores. Penso num operar atravessado/produzido pela criança cartógrafa, assim definida por Kastrup (2000): a que acessa um meio que transborda o mundo dos objetos – meio feito de qualidades, substâncias, potenciais e acontecimentos, que configuram uma multiplicidade movente, instável, sempre longe do equilíbrio, uma espécie de matéria fluida.

Quando lá *dentro* somos nós, trabalhadores, o fazer cotidiano pode tornar-se enclausurado, alienado e distante do lado de fora. Contudo, quando no *entre*, nós trabalhadores, pudermos ser, *trabalhadores-crianças-adolescentes* a operar, esta pretensa separação entre os dois lados da Roda já não se faz definidora. Nesta criação, o operar é desvio, fuga e deslize em direção a outros modos de produção subjetiva.

## 5. CONCLUSÃO

Se o poeta Manoel de Barros continua a me acompanhar e a me dizer que *“As coisas não querem mais ser vistas por pessoas razoáveis: elas desejam ser olhadas de azul - Que nem uma criança que você olha de ave”*, sigo olhando cores. A escrita desta análise ganha o colorido forte da utopia: interromper o que está dado como verdade e produzir novos pensamentos. Sacudir um desejo e desnaturalizar a realidade.

Ao mesmo tempo, com cores suaves, pretende pequenos giros: sopros de esperança e criação. Nos encontros, nos desencontros, nas ofertas e nas promessas de cuidados à infância e à adolescência, no cotidiano dos equipamentos sociais, talvez a possibilidade de abertura ao não pensado, ao inventado, ao afetivo, ao outro.

Criar a imagem dos operadores de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes como aquela roda que, localizada num espaço entre a rua e o dentro de algum lugar (equipamentos sociais: CAPSi, abrigo, escola, hospital, entre outros), possa permitir movimentos. Num girar, o que se recebe e o que se entrega remeteria aos encontros entre sujeitos, remeteria a uma conversa, à exposição de um ao outro:

*“A captura é sempre uma dupla-captura, o roubo, um duplo-roubo, e é isso que faz, não algo de mútuo, mas uma bloco assimétrico, uma evolução a-paralela, núpcias, sempre “fora” e “entre”. (DELEUZE; PARNET, 1998).*

A imagem da Roda serve, então, para fazer falar não mais e somente o dispositivo oferecido ao cuidado dos “expostos”, mas ao que continuamos a ofertar/produzir como sociedade. Quando a política pública permanecer retida ou congelada em modos de ser criança e adolescente (em vidas mínimas), a tutela e a salvação serão ainda seus modos de intervir. Em um outro movimento, quando pudermos estar permanentemente questionando, inventando, ofertando aberturas e outros vazios, quem sabe estaremos cuidando e sendo cuidados?

Perguntas que insistem e desacomodam: como não tornar mínimas as vidas de crianças e adolescentes que nos encontram pelo caminho? Como não reduzi-los a *nomes-diagnósticos*, *nomes-acolhidos*, nomes encolhidos em suas possibilidades de ser?

Se, como operadores *com* políticas públicas, que propõem e direcionam modos de trabalhar, de ofertar ações em saúde, sociais, entre outras, estamos no entre, recebendo e

entregando, torna-se relevante a construção de estratégias capazes de intervir na produção de experiências de criação de si e de modos de viver (ser trabalhador, ser criança, ser adolescente, ser pai, ser mãe). De acordo com Benevides e Passos (2005), é tomar a vida em seu movimento de produção de territórios existenciais, de normas, e não de assujeitamento a elas.

Sem aprisionamentos!

Afinal, quem foi que disse que o pescoço da girafa não mergulha no céu?

## 6. UM VERBO-POESIA PARA PINCELAR A VIDA

### Aquarelar

*(Poeminha sentido por um coração aquarelado)*

*Era uma vez olhos no céu, cabelos ao vento, pernas cansadas.*

*Eram muitas vezes sorrisos tristonhos, o coração disparado.*

*Mas tantas outras vezes eram alegrias e imaginação.*

*Agora era assim: sem bem por que, porque sei lá.*

*Aquarelar...*

*Ter as estrelas como amigas fiéis.*

*Brincar com a silhueta das montanhas: seriam elas dinossauros adormecidos?*

*Pintar de cores o coração!*

*Pensar que quando estamos num carro andamos sentados pelas ruas!*

*Quando vencer significa subir na árvore escolhida e chegar o mais alto que puder!*

*Quando num abraço não há mais braços e sim emoção.*

*Deixar-se guiar por seu cãozinho quando você pensa que o levou para passear.*

*Ouvir os pássaros de manhã (en)cantando o seu dia.*

*Ah, aquarelar! É olhar bem e ver que o pescoço da girafa mergulhou no céu.*

*Quem olhava para o céu via mais, talvez porque quisesse mais. E inventava!*

*Imaginava que qualquer coisa pudesse ser... qualquer coisa. E sendo coisa... Ah!*

*Que felicidade!*

*Mesmo que no segundo seguinte deixasse de existir.*

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, C; SILVA, M. Um lugar para brincar e conversar. In. BEZERRA JR., M; MILMAN, L. **A casa da árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1998.

BARROS, M. **O Livro das Ignoranças**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

BENEVIDES, R; PASSOS, E. **A humanização como dimensão pública das políticas de saúde**. Ciência & Saúde Coletiva, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2005.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. **Relatório Final da 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília: COSAM/MS, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Relatório Final da 3ª Conferência Nacional de Saúde Mental**. Brasília, 2002.

\_\_\_\_\_, Ministério da Saúde. **Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial**: Brasília, 2011.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12435, de 06 de julho de 2011**. Altera a Lei Orgânica da Assistência Social.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871**. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providência sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos.

\_\_\_\_\_. **Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília: CNAS, Conanda, 2009.

CALLIGARIS, C. **Adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.

CECCIM, R; PALOMBINI, A. **Imagens da infância, devir-criança e uma formulação à educação do cuidado**. Psicologia e Sociedade, 2009.

CORAZZA, S. **História da infância sem fim**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2000.

\_\_\_\_\_. O que faremos com o que fizemos da infância? In Linhares, C; Garcia, R (orgs). **Simpósio Internacional Crise da Razão e da Política da Formação Docente**. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 2001.

COSTA, L. Operar. IN: FONSECA, T; MARASCHIN, C; NASCIMENTO, M. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

CRUZ, L; HILLESHEIM, B; GUARESCHI, N. **Infância e Políticas Públicas: um olhar sobre as práticas Psi**. *Psicologia e Sociedade*, 17 (3), 42-49, set-dez: 2005.

CRUZ, M.A.S. Desafios da clínica contemporânea: novas formas de “manicomialização”. In: CRP/SP (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo). **Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doença de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DELEUZE, G; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DIAS, R. Imaginar. IN: FONSECA, T; MARASCHIN, C; NASCIMENTO, M. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

GIONGO, A. Diga-me com quem andas. In: COSTA, A (ORG). **Adolescência e experiências de borda/** Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

GUATARI, F; ROLNIK, S. **Micropolíticas. Cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

HOUAISS. A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2010.

KASTRUP, V. Inventar. IN: FONSECA, T; MARASCHIN, C; NASCIMENTO, M. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

\_\_\_\_\_. **O Devir-criança e a Cognição Contemporânea**. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 2000.

MERHY, E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

MERHY, E. **Saúde: a cartografia do trabalho vivo**. São Paulo: Editora Hucitec, 2002. Resenha de: NEVES, C. Cartografando na saúde os “inconscientes que protestam”. *Caderno de saúde Pública*, 24(8), 1953-1957, ago, 2008.

MERHY, E; ONOCKO, R. **Agir em Saúde**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

PEDROSO, A; SOUSA, E. **A força que nunca acaba**. 2012. Trabalho apresentado ao V Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, Fortaleza, 2012.

REIS, N. Relicário. In. ELLER, C. **Relicário**. São Paulo: Universal Music Group, 2011. CD. Faixa 05.

RODRIGUES, A. As Santas Casas da Misericórdia e a Roda dos Expostos. In. VENÂNCIO, R. **Uma história social do abandono de crianças. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda/Editora PUC Minas, 2010.

ROSSETTI-FERREIRA, M; SÓLON, L; ALMEIDA, I. A voz da criança abrigada: a delicada arte da conversa e da escuta. In. BERNARDI, D (ORG). **Cada caso é um caso – A voz das crianças e dos adolescentes em acolhimento institucional**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos - Coleção Abrigos em movimento, 2010.

SANT'ANNA, N; JUNIOR, A; GARCIA, R. **Moncorvo Filho e algumas histórias do Instituto de Proteção e Assistência à Infância**. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, ano 10, N. 2, P. 613-632, 2º quadrimestre de 2010.

SURREAUX, H. **O brincar na psicanálise de crianças**. In: Psicanálise de Crianças: escutas possíveis/Mello, Magda M. (organizadora). São Leopoldo, RS: Carta Ed., 2008.